

GOVERNADORIA - CASA CIVIL  
MENSAGEM Nº 25, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2024.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Com atenciosos cumprimentos, solicito os bons préstimos de Vossas Excelências no sentido de que seja substituído o Projeto de Lei Complementar encaminhado a essa Casa de Leis por meio da Mensagem nº 64, de 19 de junho de 2023, que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 775, de 2 de junho de 2014, altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, altera dispositivos das Leis nº 2.745, de 18 de maio de 2012, nº 2.746, de 18 de maio de 2012 e nº 2.747, de 18 de maio de 2012, revoga dispositivos das Leis Complementares nº 468, de 21 de julho de 2008, nº 622, de 11 de julho de 2011, nº 741, de 21 de novembro de 2013, nº 828, de 15 de julho de 2015, nº 846, de 8 de dezembro de 2015, revoga as Leis Complementares nº 1.008, de 20 de dezembro de 2018 e nº 1.078, de 22 de dezembro de 2020, e revoga dispositivos das Leis nº 2.528, de 25 de julho de 2011 e nº 3.122, de 1º de julho de 2013.", pelo Projeto de Lei Complementar que acompanha a presente Mensagem.

A substituição ora encaminhada pretende atender à solicitação da Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL, observada no Despacho ID 0045281350, de 18 de janeiro de 2024, que justifica não ser necessária a continuidade do Projeto de Lei encaminhado, tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 1.215, de 29 de dezembro de 2023, que "Altera, acresce e revoga dispositivos das Leis Complementares nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e nº 1.180, de 14 de março de 2023, e dá outras providências."

Cumprir informar que o Projeto de Lei Complementar manterá as alterações da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que "Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências.", em virtude da necessidade de adequar a composição da Junta de Programação Orçamentária e Financeira - JPOF, bem como dar um melhor enquadramento às competências do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, incluindo a execução de obras de infraestrutura no perímetro urbano por intermédio dos convênios entre a Autarquia e os entes municipais.

Ademais, as revogações constantes no Projeto em comento justificam-se devido às atualizações realizadas na Lei Complementar nº 965, de 2017, por meio da Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2023, quanto à reorganização administrativa deste Poder Executivo.

Mediante os fatos mencionados, a propositura está embasada nos mandamentos constitucionais e na atualização da legislação estadual, com vistas a atender a legalidade e viabilizar o bem-estar comum e o interesse público, inclusive, sem qualquer impacto orçamentário-financeiro para cumprimento do disposto neste Projeto de Lei Complementar.

Antecipando agradecimentos pelo pronto atendimento, subscrevo-me com estima e distinta consideração.

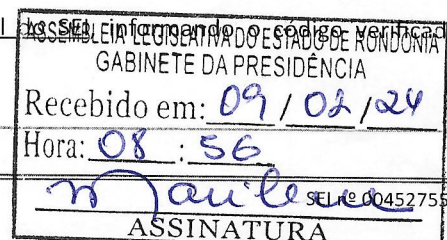
**MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**  
Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 08/02/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal.legis.rondonia.br](http://portal.legis.rondonia.br) inserindo o código verificador **0045275542** e o código CRC **486E7FD0**.



Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0032.001128/2023-18



GOVERNADORIA - CASA CIVIL  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE 8 DE FEVEREIRO DE 2024.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 775, de 2 de junho de 2014, altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, revoga dispositivos das Leis Complementares nº 468, de 21 de julho de 2008, nº 622, de 11 de julho de 2011, nº 741, de 21 de novembro de 2013, nº 828, de 15 de julho de 2015 e nº 846, de 8 de dezembro de 2015, revoga as Leis Complementares nº 1.008, de 20 de dezembro de 2018 e nº 1.078, de 22 de dezembro de 2020, e revoga dispositivos das Leis nº 2.528, de 25 de julho de 2011 e nº 3.122, de 1º de julho de 2013.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Os incisos III e IV do art. 6º e os incisos V e VI do art. 11, todos da Lei Complementar nº 775, de 2 de junho de 2014, que “Cria, no âmbito do Estado de Rondônia, o Sistema Estadual do Desporto e Lazer, institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.”, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....

.....  
III - a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG;

IV - a Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social - SEAS;

.....  
Art. 11. ....

.....  
V - um representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI - um representante da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, na defesa das pessoas em estado de vulnerabilidade e de sua efetiva participação, no processo de promoção de melhoria de sua qualidade de vida;

.....”  
(NR)

Art. 2º Os dispositivos adiante enumerados da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que “Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências.”, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19. ....

.....  
§ 4º A Secretaria Executiva da Junta de Programação Orçamentária e Financeira - JPOF será definida por meio de Decreto.



TÍTULO IV  
DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

---

CAPÍTULO III  
DA GOVERNADORIA DO ESTADO

---

Seção IV-A  
Da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

---

Subseção I  
Do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

Art. 98. O Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, tem por finalidade, especialmente, promover, administrar, supervisionar e fiscalizar as obras rodoviárias e os transportes do Estado de Rondônia, bem como:

---

IV - prestar assistência técnica e financeira aos municípios no desenvolvimento de seus sistemas rodoviários e de infraestrutura urbana, formalizando-a por convênios ou outras medidas legais pertinentes;

---

Subseção II  
Da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD

---

Subseção III  
Da Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER

---

Subseção IV  
Do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO

---

Subseção VI  
Da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia - FAPERÓ

.....

**Subseção VII**

**Da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO**

.....

**Subseção VIII**

**Da Companhia de Mineração de Rondônia - CMR**

.....

**CAPÍTULO VI**

**DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC**

.....

**Seção V**

**Do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN**

.....

.....” (NR)

Art. 3º Ficam acrescidos os incisos VII e VIII ao § 2º e o § 5º, todos do art. 19 da Lei Complementar nº 965, de 2017, com a seguinte redação:

“Art. 19. ....

§ 2º .....

VII - Secretário-Chefe da Casa Civil; e

VIII - Contador-Geral do Estado.

.....

§ 5º A JPOF poderá contar com o apoio de equipe técnica que assessorará os gestores constantes no § 2º deste artigo, a ser regulamentado mediante ato do Chefe do Poder Executivo.

.....”  
(NR)

Art. 4º Ficam revogados:

I - o Anexo Único da Lei Complementar nº 468, de 21 de julho de 2008, que “Cria, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária - SEAGRI, e dá outras providências.”;

II - o Anexo Único da Lei Complementar nº 622, de 11 de julho de 2011, que “Estabelece normas para consignações em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos, pensionistas e empregados públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Rondônia e cria a estrutura da Comissão Especial de Consignações - CECON.”;

III - o Anexo I da Lei Complementar nº 741, de 21 de novembro de 2013, que “Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007 e da Lei Complementar n. 381, de 29 de junho de 2007, promovendo adequação nos termos da Lei Complementar n. 733, de 10 de outubro de 2013 e dá outras providências.”;

IV - os Quadros de Cargo de Direção Superior - CDS e Função Gratificada, constantes no Anexo Único da Lei Complementar nº 828, de 15 de julho de 2015, que “Dispõe sobre a criação da Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC.”;

V - o Anexo I da Lei Complementar nº 846, de 8 de dezembro de 2015, que “Dá nova redação, altera, acrescenta artigos e reorganiza unidades administrativas da Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, define competências de cargos públicos criados no âmbito do DETRAN/RO, em face da Lei Complementar n. 827, de 15 de julho de 2015, que ‘Dispõe sobre a estruturação organizacional e o funcionamento da administração pública estadual, extingue, incorpora órgãos do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.’”;

VI - a Lei Complementar nº 1.008, de 20 de dezembro de 2018, que “Dispõe sobre nomeações em Cargos de Direção Superior e Funções Gratificadas vinculadas ao Sistema Penitenciário do Estado de Rondônia.”;

VII - a Lei Complementar nº 1.078, de 22 de dezembro de 2020, que “Dá nova redação à Lei Complementar nº 1.008, de 20 de dezembro de 2018.”;

VIII - o Anexo Único - A da Lei nº 2.528, de 25 de julho de 2011, que “Cria a Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa do Estado de Rondônia, nos termos do artigo 201 da Constituição Estadual.”; e

IX - o Anexo Único da Lei nº 3.122, de 1º de julho de 2013, que “Dispõe sobre a qualificação, concessão, manutenção e cancelamento das titulações de Utilidade Pública - UP, de Organização Social - OS e de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP no âmbito do Estado de Rondônia. Cria o Sistema Integrado de Parcerias e Descentralização da Execução das Políticas Públicas e Serviços Públicos não Exclusivos através do Terceiro Setor - SISPAR, e Sistematiza as relações da administração pública estadual com as entidades do terceiro setor, e o fomento às atividades de desenvolvimento econômico e social no Estado de Rondônia e dá outras providências.”.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 08/02/2024, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0045795807** e o código CRC **608811D8**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL

DESPACHO

De: SEJUCEL-GAB

Para: CASACIVIL-DITELGAB

Senhora Diretora,

Em atenção ao Despacho 0045200566, nos manifestamos quanto a não continuidade da Mensagem nº 64, de 19 de junho de 2023, concernente ao Projeto de Lei Complementar de 19 de junho de 2023. (0039080070);

A referida manifestação se dá por conta da publicação da Lei Complementar nº 1.215, de 29 de dezembro de 2023, que altera, acresce e revoga dispositivos das Leis Complementares nº 965, de 20 de dezembro de 2017 e nº 1.180, de 14 de março de 2023, não havendo portanto, a necessidade de sua continuidade.

Sem mais, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

**LOURIVAL JÚNIOR DE ARAÚJO LOPES**  
Secretário da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL



Documento assinado eletronicamente por **LOURIVAL JUNIOR DE ARAUJO LOPES, Secretário(a)**, em 18/01/2024, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0045281350** e o código CRC **8F5D0569**.





Governo do Estado de  
**RONDÔNIA**

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

Ofício nº 2664/2023/DER-DG

A Sua Senhoria o Senhor

**JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR**

Secretário Chefe da Casa Civil

Nesta

Assunto: **Proposta de alteração da Lei Complementar nº 965, de 17 de dezembro de 2017**

Senhor Secretário, com os cordiais cumprimentos, remetemos para fins de análise e manifestação, a minuta de Projeto de Lei Complementar (0037821241), que propõe alteração do Art. 98 da Lei Complementar nº 965, de 17 de dezembro de 2017, para incluir dentro das competências deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, de forma expressa, a previsão de atuação em obras de infraestrutura no perímetro urbano, o qual será realizado mediante termo de convênio ou termo de cooperação, de modo a viabilizar a atuação deste Departamento na mencionada atividade.

Atenciosamente,

**EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS**

Diretor Geral do DER/RO



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 02/05/2023, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0037820481** e o código CRC **6DB0A995**.



Governo do Estado de  
**RONDÔNIA**

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

DESPACHO

**Processo Sei nº 0009.005725/2023-17**

**De:** Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

**Para:** Diretoria Técnica Legislativa - DITEL

**Assunto: Proposta de alteração da Lei Complementar nº 965, de 17 de dezembro de 2017**

Com os cordiais cumprimentos, remetemos os autos para fins de análise e manifestação da nova minuta de Projeto de Lei Complementar (0038038940), que propõe alteração do Art. 98 da Lei Complementar nº 965, de 17 de dezembro de 2017. A presente propositura objetiva dar um melhor enquadramento às competências do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER na medida em que esta Autarquia auxilia diversos municípios nas execuções de obras de infraestrutura urbana através dos Convênios, objetivando assim um maior alcance e força dessas políticas, que contribuem para o crescimento econômico do Estado de Rondônia.

Atenciosamente,

**EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS**

Diretor Geral do DER/RO



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRE FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 09/05/2023, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0038070902** e o código CRC **9F381D4A**.